

Desde 1982 o Cardeal Ratzinger preparava a reconciliação com os lefrevistas...

Um documento datado de 1982 prova que Bento XVI conduzia os projetos de reforma litúrgica após sua chegada ao Vaticano.

O Cardeal Joseph Ratzinger, atual Bento XVI, organizou uma reunião, em 1982, no Vaticano, com os principais cardeais da Cúria, durante a qual concordaram unanimemente sobre o fato de que o uso do rito antigo da missa deveria ser admitido dentro da Igreja. Para tal seria necessário preparar os espíritos para essa permissão, promulgar um documento pontifical para freiar os abusos e reabilitar o rito antigo, bem como executar uma síntese dos dois missais (o antigo e o novo), a famosa “reforma da reforma” solicitada por vozes de uma parte da Igreja.

Alguns observadores das atividades da Santa Sé haviam ventilado esta reunião extremamente privada, organizada por aquele que então era o Prefeito da Congregação para a Doutrina e a Fé. Mas o processo-verbal, redigido em latim, jamais chegou a público. *Le Figaro* conseguiu uma cópia.

Em 16 de novembro de 1982, cinco cardeais e um bispo reuniram-se então para estudar o dossiê sobre a liturgia, independentemente da “questão lefrevistas” que, seis anos antes, a excomunhão de quatro bispos ordenados de maneira ilícita, já tinha se tornado então um assunto de verdadeira preocupação.

“Reforma da reforma”

Esses altos representantes do Vaticano afirmaram unanimemente que “o missal romano, sob a forma em que estava em uso até 1969 deveria ser admitido pela Santa Sé em todas as igrejas para as missas celebradas em latim.”.

Até bem recentemente alguns cardeais isolados da Cúria afirmavam que o rito antigo tinha todo o seu espaço dentro da Igreja, uso considerado como proscrito depois da reforma de 1969, apesar das autorizações – restritivas – dadas por Paulo VI em 1971 e depois por João Paulo II

em 1984 e 1988. Essa permissão, não obstante, estava sujeita a condições. O documento indica assim que os fiéis ligados ao antigo missal não deverão se opor à missa de Paulo VI - oriunda das reformas do Concílio Vaticano II - "sem suspeitar de qualquer heresia ou de ilicitude", bem como seguir o novo calendário litúrgico. Um ponto sobre o qual o arcebispo de Paris, Mons. André Ving-Trois – que veio a presidir uma missa no rito de São Pio V na paróquia parisiense de *Sainte Odile* – insiste atualmente fortemente.

A "segunda etapa", após aquela colocação de condições, seria "um documento pontifical de uma natureza ainda a definir" onde seria "reexposta a essência da santa liturgia", que frearia "os abusos de todos matizes", que promoveria "uma participação mais profunda nos santos mistérios" e, sobretudo "tratar da identidade íntima do missal antigo e do novo, da forma ordinária e da forma permitida, que não se opõem de forma alguma". Nada parece ter mudado até hoje.

Esta etapa seria seguida, de acordo com esses planos, de uma "síntese dos dois missais de tal forma que conserve as aquisições da restauração litúrgica, mas que abandona certas inovações exageradas".

Interrogado semana passada sobre aquela eventual "reforma da reforma" o Cardeal Philippe Barbarin, arcebispo de Lyon, estimou como "normal, compreensível e possível que, próximo dos 40 anos após 1969, se queira fazer o balanço e reenquadrar as coisas, de forma duradoura."